

ESPACIALIDADE SOCIAL

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Júlio Cesar Torres

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Maurício Funcia de Bonis

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Ricardo D'Elia Matheus

Sílvia Maria Azevedo

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

BENNO WERLEN

ESPACIALIDADE SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DE
REALIDADES GEOGRÁFICAS

Tradução
Rafael H. Silveira



© 2024 Benno Werlen

© 2025 Editora Unesp, para esta tradução

Título original: *Gesellschaftliche Räumlichkeit 2.
Konstruktion geographischer Wirklichkeiten*,

Publicado originalmente em alemão pela
Franz Steiner Verlag, Stuttgart (Germany) 2010

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

W489e Werlen, Benno

Espacialidade social: a construção de realidades geográficas /
Benno Werlen; traduzido por Rafael H. Silveira. – São Paulo: Editora
Unesp, 2025.

Tradução de: *Gesellschaftliche Raumlichkeit 2: Konstruktion
Geographischer Wirklichkeiten*

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-242-7

1. Geografia. 2. Geografia-humana. 3. Cultura. 4. Espaço. 5. Regiões.
I. Silveira, Rafael H. II. Título.

2025-447

CDD 910

CDU 91

Editora afiliada:


Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe


Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Prefácio	7
Introdução	9
1 – Constituição de relações espaciais	17
Existe uma Geografia sem espaço?	19
Ação e espaço	41
Conceitos espaciais da “Geografia Social”	56
Espacialidade cultural	68
2 – A guinada da teoria da cultura	79
Identidade cultural entre individualismo e holismo	81
Identidade regional ou cultural?	105
Espaço, corpo e identidade	129
A geografia cultural e a guinada da teoria da cultura	150
Corpo, espaço e representação medial	169
3 – Territorialização e globalização	195
Google Earth – Uma nova visão de mundo e suas possíveis implicações políticas	198
Identidade e espaço – regionalismo e nacionalismo	212
“Regionalismo” na ciência e no cotidiano	239
Existem ou não “regiões”?	260
4 – Práticas sociais e a Geografia da própria vida	269
Geografias da própria vida: ciência e ensino	271
“A Europa é construída – variações de uma construção <i>bottom-up</i> ”	282

Abandonando o <i>container</i>	295
Sobre a geografia social das crianças	313
5 – Ecologia social	321
Sobre a pesquisa integrativa na Geografia	323
Pesquisa integrativa e “Antropogeografia”	332
Sobre o potencial de integração teórica da Geografia (Social)	351
Epílogo – Novas relações geográficas e o futuro da sociabilidade	375
Referências bibliográficas	397

PREFÁCIO

“Geografia” ainda designa, em geral, uma constelação espacial naturalmente dada. No presente volume, *A construção de realidades geográficas*, é sugerida aos leitores uma perspectiva de entendimento de realidades geográficas como realidades construídas, fabricadas e, por conseguinte, significadas. As diversas formas do “fazer geográfico”, do “*geography making*” se originam das realidades geográficas tanto quanto as práticas sociais da realidade social (ou das realidades sociais). Tal entendimento apresenta possibilidades de revelar as implicações sociais da configuração de condições geográficas da ação, de repensá-las geograficamente como desenvolvimentos sociopolíticos problemáticos e de estabelecer um fundamento para novas orientações.

O presente volume abre caminho para tanto e é concebido como contribuição para o desenvolvimento de uma nova visão geográfica de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ecológicas. A escolha dos textos se baseou na construção sistemática do contexto argumentativo necessário para tanto. Eles foram, em sua maioria, publicados em diferentes âmbitos disciplinares e temáticos, não apenas relativos à Geografia, mas sobretudo à Etnologia e Sociologia, além de revistas e compêndios sociográficos, das áreas de estudos midiáticos, regionais, sociopolíticos, didáticos e de História da Ciência. Esses diferentes contextos e a pouca familiaridade existente – ou melhor, a ainda inconclusa familiarização – para com perspectivas sociogeográficas tiveram que ser sempre levados em consideração nas respectivas publicações. A consequência disso para o conteúdo reunido neste volume são redundâncias inevitáveis, preservadas conscientemente em função de seu teor gerador de distinções entre os respectivos contextos argumentativos.

Uma série de artigos e entrevistas inéditos tem como objetivo o aprofundamento e a exemplificação da perspectiva geográfica centrada na práxis. O epílogo, “Novas relações geográficas e o futuro da sociabilidade”, traça, através de uma breve perspectiva geral do desenvolvimento teórico da pesquisa de regionalizações cotidianas pela Geografia Social centrada na ação, um panorama da evolução iminente deste programa de pesquisa: a compreensão das relações espaciais sociais.

O apoio diligente de fiéis colaboradores foi imprescindível para a suplantação deste laborioso processo de pesquisa. Nadine Wassner assumiu também neste volume a tarefa de digitalização dos textos, produzidos na era pré-digital. Tobias Federwisch coordenou a escolha dos mesmos e revelou-se um conselheiro paciente na etapa de definição da sequência textual. Olivia Busch e Ralph Leipold responsabilizaram-se pela correção, adaptação das notas bibliográficas e bibliografia. Rosemarie Mendler digitalizou ilustrações e gráficos. Juliane Suchy e Andreas Grimm cuidaram da composição tipográfica do livro. Andreas foi, durante todo o projeto, um parceiro de discussões paciente e um apoio profícuo, assumindo a revisão dos textos, coordenação de todos os processos de trabalho necessários no grupo e com a editora, além da redação final deste volume. A todos eles devo meus mais cordiais agradecimentos!

Benno Werlen

Jena e Nimega, 2010

INTRODUÇÃO

Para podermos compreender realidades geográficas como realidades significadas é indispensável o esclarecimento da relação entre sociedade e espaço. Por sua vez, para definir mais precisamente essa relação faz-se necessário o esclarecimento tanto do *status* ontológico como da forma de existência de sociedade e espaço. Estes dois termos são elementos-chave de concepções e visões de mundo geográficas. A reivindicação de esclarecimento, tanto desta relação quanto da definição do *status* ontológico, já avançou significativamente com o primeiro volume deste trabalho (*Espacialidade social 1 – Lugares da Geografia, Gesellschaftliche Räumlichkeit 1 – Orte der Geographie*). Neste segundo volume dá-se continuidade a essas reivindicações, sobretudo como base para uma perspectiva e uma visão de mundo correspondentes. Os princípios a seguir poderão ser úteis como facilitadores desse trecho do percurso.

Um dos motivos mais importantes pelo qual o trabalho com as condições geográficas e espaciais da ação não foi tomado como objeto de investigação das ciências humanas e sociais – por exemplo, no caso das condições históricas ou temporais – é o fato de que contextos de ação na superfície terrestre são precipitadamente equiparados a condições naturais. A equiparação de “espaço” ao contexto material e sua reificação como espaço (material) ou espaço terrestre levou (fatalmente) à exclusão das condições espaciais de ação da esfera sensorial. Como espaço material, o “espaço” se tornou insignificante para toda a pesquisa científica social e humana.

As consequências problemáticas vinculadas a tais posicionamentos são mostradas não apenas pela geopolítica tradicional, mas especialmente pelas catástrofes ecológicas, presentes em todas as formas e tipos de modernização

no fim da era industrial. Ambas as manifestações podem ser vistas, no lugar de outros pontos (sociais) problemáticos (de configuração semelhante), como uma diferenciação insatisfatória entre e como um relacionar não concluído de realidades físico-materiais e sociossimbólicas, assim como entre os planos concreto e o conceitual. É preciso realinhar ambas as desconjunturas, tanto no âmbito cotidiano quanto no científico, no sentido de uma visão de mundo geográfica atualizada.

A direção da guinada para escapar desse duplo dilema pode ser indicada através de uma referência ao fato ineludível da brevidade da vida de todo ser humano. Antes da apresentação dessa indicação é necessário, no entanto, cobrir ao menos algumas implicações da visão convencional. Partimos convictamente do pressuposto de que todos nascem em uma constelação histórica e em um contexto social específicos. Ambas as circunstâncias logicamente não são resultado de uma decisão pessoal. Muitas vezes diz-se que uma pessoa é um filho de seu tempo ou argumenta-se implícita ou explicitamente que o meio social de origem seria em grande medida determinante para a constituição das potencialidades de um atuante social. Da mesma forma seria possível postular que a constelação espacial, a Geografia ou a região de origem seriam determinantes. Esta última posição é ora defendida por geógrafos com argumentos geodeterminísticos-naturalistas ou ainda em discursos regionalistas no sentido de que as relações entre Geografia, História, sociedade e cultura seriam causal-determinísticas e por conseguinte não significadas, configuradas e reconfiguráveis.

Entretanto, se abandonarmos, no sentido de uma perspectiva centrada na práxis, o reducionismo determinístico das potencialidades de ação sobre tempo, sociedade e espaço e dermos a estes três conceitos-chave uma nova conotação, mais fortemente significada e, portanto, aberta a novas soluções, a guinada antes mencionada poderá ser iniciada. No que concerne à primeira dimensão – “tempo” ou “história” –, ela está relacionada a essa guinada no sentido em que não se menciona mais o “poder do tempo” ou um “filho de seu tempo”, mas sim a história de uma pessoa como período de vida ou a história de uma pessoa no contexto dos acontecimentos e eventos a ela simultâneos – entretanto com ênfase explícita das possibilidades de controle das próprias ações. Com relação à segunda dimensão – “meio social” ou “sociedade” –, a guinada consiste igualmente em abandonar uma argumentação estruturalista em direção a uma perspectiva dinâmica, aberta à criatividade e centrada na

prática. Um ponto fundamental da visão estruturalista é contemplar a ação dos atuantes sociais como condicionada pela posição dos mesmos na estrutura social (de classe, camadas etc.). Em uma perspectiva dinâmica, tais imposições sociais, a violência estrutural etc. podem ser contempladas como condições de ação. No entanto, em comparação à lógica de explanação estruturalista, a criatividade e os potenciais de ação de atuantes individuais também devem ser levados em consideração, de forma a surgir a possibilidade de transformação e reconfiguração das condições estruturais dos atuantes sociais.

Se efetuarmos a mesma mudança de perspectiva de descrição e explicação para com a terceira dimensão – espaço e Geografia –, o resultado provavelmente não será tão evidente. A afirmação de que um indivíduo possui “sua/uma (própria) geografia” encontrará – caso encontre – uma aprovação seguramente bem menos imediata em relação à ideia por trás dessa formulação que a da ideia que sustenta a formulação “sua/uma própria história”. Tal fenômeno está relacionado ao fato mencionado introdutoriamente de que estamos acostumados a entender a história como um processo carregado de sentido e significado, enquanto a Geografia é livremente associada antes com relações estatísticas. Afinal, a história recorre ao tempo – e o tempo à sucessão. A Geografia, ao contrário, recorre ao espaço – e o espaço à adjacência do simultâneo. O passo decisivo para a consecução da guinada consiste, assim, na dinamização da compreensão de geografia: da geografia das coisas e dos lugares para as geografias dos sujeitos e suas formas de fazer geográfico. Nisso é possível diferenciar diversas dimensões de dinamização.

A primeira forma de dinamização enfoca a inclusão do componente biográfico, as seqüências dos lugares fisicamente visitados na superfície terrestre e as experiências no entendimento da geografia adquiridas através disto. Afinal, um entendimento dinâmico desta, partindo de modo consequente de “construtores da geografia” competentes, deve valorizar também a própria geografia. O reconhecimento da geografia do percurso de vida, da geografia biográfica permite, ademais, a contemplação proporcionada de espaço e tempo como espaço-tempo da própria vida. Assim, torna-se perceptível que ambos os componentes estão inseparavelmente ligados entre si. Os contextos histórico e geográfico se tornam uma unidade como coreografia da própria vida no processo de formação da personalidade. Em sua transmissão (da memória), a sucessão temporal é frequentemente preferida, mas a relação geográfica pessoal é ainda assim de importância tão grande

quanto relações históricas que vivenciamos e (nas quais) vivemos. Essa relevância equivalente é explicada ainda, em primeiro lugar, pelo fato de que a definição temática de vivências sequenciais é muitas vezes colocada acima da relação geográfica vivida. Em segundo lugar, é essa definição que decide quais recortes da realidade serão vivenciados na experiência pessoal e quais serão absorvidos apenas através de elementos midiáticos ou outras formas de transmissão. A formação da geografia do percurso de vida próprio, das próprias biografia e coreografia marca, assim, sempre o horizonte de experiência e de interpretação atualmente disponível da exploração subjetiva do mundo. Dessa forma, torna-se evidente não apenas o caráter dinâmico, mas ao mesmo tempo também o caráter fundamentalmente reflexivo da “Geografia”. O fazer geográfico compreende, afinal, ambos os componentes: experiência de mundo e visão de mundo.

A segunda dimensão dessa dinamização da compreensão de “Geografia” consiste no abandono de um *conceito* de mundo mecanicista e na busca de uma *visão* de mundo centrada no sujeito e na ação. O conceito de mundo mecanicista se baseia na compreensão espacial do conceito de *container* newtoniano e na ideia básica de que todos os dados e objetos possíveis se encontram *em* um espaço ou *em* diferentes espaços. O “espaço” é entendido assim como o recipiente da realidade, ao qual, por sua vez – e isso constitui a segunda parte dessa mecanística –, é atribuída uma eficácia causal, determinadora de atividades. Essa dupla containerização ou dupla fixação pode ser identificada como o cerne de um conceito pré-moderno de mundo, a ser superado no sentido de uma dinamização por meio da concepção de vinculação ao mundo. Em vários artigos do presente volume são apresentados tanto o desenvolvimento quanto a evolução disciplinar desse conceito. Neles é descrita sobretudo uma visão de mundo em cujo centro está não o recipiente que contém, mas sim o sujeito que age, que, nessa ação e por meio dela, estabelece vínculos com o mundo e o relaciona a si. Essas vinculações ao mundo são realizadas especificamente por meio da nomeação, da categorização e da atribuição de valor simbólico, mas se dão também sob a forma de processos, como a tomada de controle do sujeito sobre elementos pertencentes, por exemplo, a fluxos globais de mercadorias, disponibilizados – na forma de consumo ou produção – por meio do poder de compra. Os atos de vinculação ao mundo constituem, assim, o cerne de uma visão de mundo dinâmica que ambiciona abarcar conceitualmente as relações sociais de tempo e espaço atuais.

Enquanto para a geografia científica tradicional a localização e a regionalização eram obrigatórias no sentido de uma delimitação e subdivisão do espaço, resultado da naturalização de uma concepção de mundo mecanicista, por outro lado, uma compreensão construtivista geográfica de mundo torna-se acessível a partir da concepção de vinculação ao mundo. A postulação do espaço recipiente como fato natural e causal se revela, diante dessa nova concepção, uma construção de fato bastante influente – porém, ela é precisamente uma *construção* e nada mais que isso. Nessa mesma linha argumentativa poderíamos dizer que toda concepção de mundo geográfica deve ser identificada como realidade fabricada e significada, mesmo aquelas que negam explicitamente tal fato e que colocam, no lugar de construções formadas socioculturalmente, uma realidade quase natural, precedente a toda ação.

A dinamização da compreensão de mundo geográfica através de contributos de constituição e construção não se encontra, entretanto, de forma alguma associada a um racionalismo radical. Ela representa, antes, a ideia de que realidades geográficas são realidades constituídas tanto pré-linguística quanto linguisticamente. Inúmeras condições geográficas, decisivas para os potenciais de ação disponíveis e alcançáveis, possivelmente nem mesmo são reconhecidas de maneira consciente pela maioria dos atuantes sociais, não sendo, conseqüentemente, linguística e discursivamente acentuáveis. Isto com frequência torna as condições geográficas uma dimensão oculta de realidades socioculturais. Uma das tarefas da Geografia contemporânea é, deste modo, revelar a latência indolente da espacialidade do social e cultural, prescindindo de reducionismos naturalistas fatais, tornando-a assim tematizável e negociável.

Essa perspectiva pode e deve deixar evidente que uma grande parte de realidades geográficas é produzida, ou antes, adotada linguisticamente, sendo, por conseguinte, social, cultural, política e economicamente real apenas *nesta* forma, linguisticamente adotada e significada. Assim como os significados de conceitos são uma expressão de convenções, reconstruíveis de maneira mais ou menos direta, de acordos em relação a significados desejados – e não do fato (natural) inerente, isto é, não da natureza da coisa ou do fato, mas sim, na melhor das hipóteses, uma expressão do trabalho com os mesmos, sendo também esse trabalho condicionado pela experiência – dessa mesma forma as realidades geográficas são em grande medida de natureza

social, e não natural. Também por isso é que uma perspectiva sociogeográfica, desde sua instituição até sua elaboração diferenciada – como no presente volume –, merece atenção especial.

No primeiro capítulo, “Constituição de relações espaciais”, textos e um manuscrito inédito serão apresentados em um contexto argumentativo que primeiramente aborda de forma crítica as concepções espaciais que possuem um dividendo comum com ou que derivam da concepção de mundo mecanicista. Desse olhar crítico será traçado o caminho para concepções espaciais alternativas, compatíveis – ao menos em sua intenção – de modo não contraditório, não apenas com as relações espaciais sociais contemporâneas, mas também com uma série de teorias sociais e culturais.

Os textos sobre a “guinada da teoria da cultura”, no segundo capítulo, abordam as implicações da guinada cultural, ou *cultural turn*, para perspectivas geográficas de acontecimentos mundiais. Através da inclusão de “questões espaciais” serão analisadas questões da guinada espacial, ou *spatial turn*, nos estudos culturais. O enfoque dessa questão será especialmente em relação à produção de concepções de mundo em uma sociedade midiática globalizada. Estes temas serão desenvolvidos com o pano de fundo da explanação das implicações de uma abordagem que enfoca a teoria da ação na relação entre cultura e espaço. Serão dadas sugestões a respeito daquilo que, nessa perspectiva, poderia ser entendido como “cultura” e “identidade” e, finalmente, quais as consequências dessa redefinição para a configuração política da relação entre “cultura” e “espaço”. De um ponto de vista sociogeográfico, “cultura” e “política” devem ser pensadas obviamente sempre juntas. Com a *guinada cultural*, essa relação correu o risco, a partir do início dos anos 1990, de cair no esquecimento.

As implicações políticas da introdução da vinculação do mundo como novo princípio de visão geográfica de mundo é o tema do terceiro capítulo. Os manuscritos e artigos compilados sob o título “Territorialização e globalização” expõem as implicações no mínimo questionáveis da mobilização das tradicionais containerizações onipresentes sob condições a princípio desvinculadas espacial e temporalmente. Através disso, o princípio de territorialidade é confrontado com as recentes relações espaciais sociais de condições globalizadas de ação. Em seguida, essa confrontação é diferenciada e aprofundada por meio da questão a respeito da relação de perspectivas e visões de mundo científicas (geográficas) e cotidianas.

A concretização da guinada construtivista da pesquisa geográfica é abordada no quarto capítulo, “Práticas sociais e urbanas”. Nele a dimensão política é tematizada em dois sentidos: por um lado, por meio das “Geografias da própria vida” e das práticas sociais correspondentes como base da construção de (novas) relações políticas. Essa perspectiva é conduzida através da integração da espacialidade de realidades sociais em relação à instituição de uma nova Europa. Por outro lado, a dimensão política é relacionada ao campo da atual política (da juventude).

No quinto e último capítulo, “Ecologia Social”, é apresentada uma discussão ampla e duradoura de uma das principais questões da geografia social – a relação entre sociedade e natureza sob uma perspectiva centrada na práxis. Esse debate sugere, entre outros, a renomeação dos atuais postos disciplinares de pesquisa ecológica de “Ecologia Humana e Social” em “Ecologia Social”.

1

CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES ESPACIAIS

A disputa entre a concepção espacial predominante na pesquisa e concepções modificadas, como paisagem, região etc., está presente – se não limitarmos demasiadamente o campo de visão – por toda a história disciplinar da Geografia. A questão se a disciplina deveria ser concebida e propagada como *Länderkunde* ou estudos nacionais, estudos regionais, estudos da paisagem natural ou pesquisa do espaço, dentre outros, é tão antiga quanto a própria existência acadêmica da disciplina. Uma forma de abordagem explicitamente inclinada para a teoria espacial foi desenvolvida somente na fase tardia do auge desta, ao final da década de 1970. Porém, por muito tempo (tempo demais), a questão relativa à necessidade e ao modo de uma coordenação mais precisa entre concepções de espaço e de sociedade nem sequer era colocada. O “espaço terrestre” permaneceu muito frequentemente incólume como entidade preconcebida, como fato antecedente a toda e qualquer prática social. A obsessão por manter o “espaço” como foco indubitado e indubitável de todo o fazer geográfico – em todas as circunstâncias era, até não muito tempo atrás, consenso incontestado e incontestável.

Na verdade, fica claro que é de suma importância para a Geografia fornecer, tanto quanto possível, uma síntese da posição do debate – no sentido mais amplo da palavra – sobre o conceito “espaço”. De fato, nos últimos dez a quinze anos, geógrafos/as se dedicaram a essa tarefa com grande intensidade, alcançando um sucesso notável em um contexto internacional – circunstância que corrobora hoje substancialmente o aumento da reputação da disciplina na competição entre as ciências. Não obstante, trata-se de uma questão que concerne à Geografia em uma medida ainda maior que a outras disciplinas. A associação entre geografia natural e social exige um esclarecimento

em ao menos três sentidos: primeiro, o que significa “espaço” dentro do âmbito de competência “natureza” das ciências naturais. Segundo, o que “espaço” significa para a realidade social e para as Ciências Sociais. Terceiro e último esclarecimento: de que forma é possível estabelecer uma mediação entre ambas as esferas sem se cair em armadilhas reducionistas?

Nesse sentido, a questão “Existe uma Geografia sem espaço?” ou “Geography without space?”, título do meu primeiro artigo para uma reorientação da disciplina por ocasião do Dia do Geógrafo americano de 1990 em Miami – ou seja, ainda antes da publicação de “Sociedade, ação e espaço” – foi sentida como mera provocação, suscitando os mecanismos de reação usuais. Analisando-se retrospectivamente é fácil compreender a indignação de alguns daqueles que mais tarde seriam protagonistas do debate sobre o *spatial turn*, cuja parte responsável pela Geografia buscou manter em grande medida a orientação clássica: o objeto de pesquisa deveria e teria que permanecer o “espaço”. As reações a uma edição em alemão largamente ampliada – na verdade, o esboço inicial de *Geografia social de regionalizações cotidianas* – levaram, na cidade de Bonn, a um debate teórico altamente controverso, porém deveras frutífero, publicado em 1993 na revista *Erdkunde*. Não muito conveniente para essa controvérsia foi o fato de que o manuscrito *Ação e espaço*, que introduzia essa questão e que foi apresentado em diversos colóquios geográficos de instituições de língua alemã, viria a ser publicado apenas no presente volume. Este texto representa a versão de sua apresentação na Universidade Técnica de Munique em 1987, à qual precedeu uma discussão muito frutífera com Wolfgang Hartke, o verdadeiro fundador da geografia sociocientífica.

Há alguns anos multiplicam-se publicações na área das Ciências Sociais e da cultura sobre a “questão do espaço”. Por meio da atualização do campo de atuação da sociologia do espaço, identificado já por Georg Simmel em 1903, esse tema, antes marginal, começa a conquistar grande notoriedade. Com a propagação da definição de *spatial turn*, criada antes incidentalmente por Edward Soja no anos 1990, essa temática conquistou acesso de modo definitivo a editoras norteadoras do discurso. “Conceitos de espaço na ‘Geografia / Geografia Social’” (Werlen, 2009) é a contribuição a uma coletânea de Stephan Günzel que pretendia documentar o *state of the art* da teoria espacial nas mais diversas disciplinas.

“Espacialidade cultural: condição, elemento e veículo da práxis” (Werlen, 2003) delinea a abordagem da questão do espaço para perspectivas de

pesquisa das ciências da cultura. O ponto decisivo – segundo o argumento principal do texto – consiste em posicionar e reclamar o “espaço” não como objeto da própria pesquisa – como foi feito no caso da tradição etnológica com o conceito de “círculo cultural” –, mas sim investigar a questão sobre como a “espacialidade” pode se tornar constituinte inerente, por exemplo, da práxis cultural. Ou, em outras palavras: em vez de tornar o “espaço”, por meio da reificação, objeto de pesquisa empírica, é claramente mais promissor questionar o que o “espaço” representa e qual o significado da mobilização de nossa espacialidade para a produção e reprodução de realidades sociais, culturais, políticas e econômicas. O texto surgiu de uma palestra dentro do projeto de pesquisa da Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG) “Espacialidade cultural”, de Brigitta Hauser-Schäublin, no Instituto de Etnologia da Universidade de Göttingen e serviu de prólogo para a publicação de conclusão do projeto.

Existe uma Geografia sem espaço?

Sobre a relação da Geografia tradicional e sociedades da modernidade tardia¹

Sociedades e culturas contemporâneas não apresentam mais uma existência insular. Portanto, não é mais plausível continuar a compreendê-las na Geografia como configurações espaciais. Embora as condições regionais e espaciais de relações e processos socioculturais ainda sejam altamente relevantes – e provavelmente será sempre assim –, não se pode concluir daí que sociedades contemporâneas da modernidade tardia possam ser analisadas em categorias espaciais.

Parto da tese de que o objeto de estudo da geografia humana não podem ser países ou o próprio espaço em si, mas sim as atividades humanas sob determinadas condições espaciais. Se de fato existisse como objeto de

1 Este artigo é uma versão modificada e aumentada da apresentação que fiz em 16/11/1992 em Bonn, Alemanha. Eventuais simplificações e explicações (demasiado) curtas devem-se a esse contexto comunicativo original. [Texto original: Gibt es eine Geographie ohne Raum? Zum Verhältnis von traditioneller Geographie und zeitgenössischen Gesellschaften, *Erkunde*, 47, 4, 1993, p.241-55. (N. E.)]

pesquisa um espaço concreto, no sentido das ciências naturais, então ele deveria estar em algum lugar. Deveríamos estar em condições de identificar o lugar do espaço no espaço – feito ainda não alcançado por ninguém. Portanto, a Geografia enquanto ciência do espaço não é sustentável como disciplina empírica. Porém, uma disciplina científica Geografia é imaginável e praticável mesmo sem o objeto de estudo “espaço”, sem que necessitemos, para tanto, enfrentar uma crise de legitimação.

Em vez de pesquisarmos “a” geografia da superfície terrestre deveríamos eleger como tarefa a pesquisa das geografias que são criadas e reproduzidas diariamente pelos atuantes sociais de diversas posições de poder. O ponto de partida deste programa de pesquisa não voltado a uma ciência espacial é o reconhecimento de que as pessoas criam não apenas sua história, mas também sua geografia, em condições que elas não definiram. Investigar as condições e as formas desse fazer geográfico deveria ser o objetivo principal dessas concepções alternativas da geografia humana. Esta deveria estar em condições de pesquisar esse fazer geográfico também sob as condições de vida social da modernidade tardia. Sob essas condições torna-se especialmente evidente que a pesquisa geográfica fixada no espaço tende a fornecer representações inapropriadas de processos sociais.

A argumentação tanto para a justificativa desta tese quanto para o esboço de uma concepção alternativa se baseia na suposição generalizada de que toda concepção de pesquisa científica só pode emitir declarações empiricamente verdadeiras se a ontologia de seu objeto de estudo for apropriadamente considerada em sua construção. Nas duas primeiras seções deste capítulo analisarei essa temática no contexto da relação entre sociedades tradicionais e da concepção de pesquisa da Geografia tradicional. No terceiro bloco é discutida a ontologia do espaço. O objetivo primário dessa discussão das concepções espaciais de Immanuel Kant e Alfred Hettner é mostrar em que pontos a concepção espacial pré-moderna da Geografia tradicional se diferencia de uma concepção esclarecida. As consequências correspondentes no plano da pesquisa e num âmbito social-secular serão comentadas em sequência, juntamente com a Geografia espacial. As duas últimas seções fecham o círculo: nelas é tratada a questão de uma relação adequada entre a concepção de pesquisa geográfica social / cultural e a realidade social / cultural, porém em relação às condições de vida social da modernidade tardia e da Geografia Social baseada na teoria da ação.